

Comunicação Pública e Extensão: Perspectivas a partir da valorização das Culturas Indígenas¹

Juliana Marques BORGHI²
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O trabalho propõe uma análise sobre a relação entre os eixos teóricos: comunicação pública, extensão universitária e interculturalidade, de forma a incentivar o debate sobre as culturas indígenas. A comunicação enquanto processo dialógico tende a propiciar a cidadania, e outros olhares sobre uma construção educacional e a troca de saberes. A metodologia utilizada contempla uma análise qualitativa, com destaque para resultados advindos da pesquisa de mestrado da autora (2022), a citar: referências teóricas, análises documentais e entrevistas qualitativas. O levantamento foi realizado no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná (NEABI-IFPR).

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; extensão; interculturalidade; culturas indígenas.

INTRODUÇÃO

O resumo apresentado propõe uma exploração qualitativa para aprofundar interpretações a respeito de possibilidades de construção do conceito da comunicação pública, em ambientes que desenvolvam projetos de extensão universitária, relacionados ao conhecimento sobre as culturas indígenas.

A íntima relação da comunicação pública junto ao interesse social contempla ações, planejamentos e políticas que priorizam o atendimento do público. O público, neste sentido, é entendido como o que é amplamente disseminado, acessível e de conhecimento geral, a ser compreendido por toda a sociedade (HASWANI, 2013).

Desta forma, o artigo contempla possibilidades de reflexão sobre os conceitos destacados, por meio da pesquisa de mestrado da autora, com a seguinte problemática: Como a comunicação pública pode contribuir para o desenvolvimento da extensão universitária relacionada às ações interculturais e dialógicas representadas em projetos de instituições públicas? A partir deste contexto, intenciona-se aprofundar a temática,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT Desafios e Interfaces da Comunicação), evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM-UFPR, email: juliana.marques@ufpr.br).

atrelando-se sua relação com práticas cidadãs e com foco na necessidade de evidenciar as culturas indígenas como protagonistas deste processo. É destacado o caráter dos estudos interdisciplinares da comunicação, e percepções sobre a cultura indígena, e a troca a respeito de como a temática vem sendo abordada também no sul do país, no respectivo contexto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa abordou o tensionamento de operadores teóricos que contemplam os conceitos abordados, elencados os eixos e os autores fundamentais para o seu desenvolvimento. Para “Comunicação Pública”: Duarte, 2009; Koçouski, 2013; Weber; Coelho; Locatelli, 2017; para “Extensão Universitária”: Freire, 1977; Martins, 2008; Santos, 2004; Schmitz, 1984; e para “Interculturalidade”: Candau, 2007; Fleuri, 2003; Sartorello, 2016; Walsh, 2010; entre outros.

O movimento da compreensão do conceito da comunicação pública, neste sentido, é para o interesse público. A promoção da cidadania, por meio da mobilização e debates relacionados à coletividade, buscando melhorias, entendimentos, consensos (KOÇOUSKI, 2012).

A extensão, todavia, enquanto ação atrelada à realidade social nos ajuda a compreender o alcance de suas ações, à medida que uma teoria muda a prática, e a prática transforma a teoria. Dessa relação dialética surge o princípio da validade do conhecimento como fonte de transformação da realidade: “conhecer para transformar” (GAMBOA, 2007).

E, o conceito da chamada interculturalidade crítica, destacado por Walsh (2010), propõe ainda a análise de um panorama que dialoga com a concepção de Paulo Freire (1977), a respeito da pedagogia crítica. Esta junção apresenta e representa novas alternativas e reflexões que aprofundam a compreensão e valorização de saberes integrados.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (IFPR)

Representando a rede tecnológica, o Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi implantado em 2008. Planejamentos institucionais vêm trazendo o tema da extensão junto à comunidade acadêmica e externa ao IFPR. A intenção é avançar quanto a

valorização e enriquecimento das ações extensionistas, como trabalhar em prol da implementação da curricularização da extensão, por meio da Comissão de Curricularização da Extensão (CCE) de acordo com a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018.

A Direção de Extensão, Arte e Cultura (DIEXT) destaca o trabalho realizado, neste quadro, pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) a nível institucional: “O NEABI contribui diretamente com o compromisso assumido pelo IFPR no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que indica entre seus valores a educação de qualidade e excelência, ética, inclusão social, respeito às características regionais, visão sistêmica, democracia, transparência, diversidade humana e cultural e valorização das pessoas.”(IFPR, 2020).

Ligado institucionalmente ao PIDH (Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos) e ao NEABI, o projeto de extensão, objeto da pesquisa de mestrado citada, é realizado na cidade litorânea de Paranaguá, intitulado: Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (NUPOVOS), e foi oficializado no ano de 2016.

A proposta central é que por meio da extensão e da pesquisa, seja possível desenvolver o contato com populações indígenas, entre pescadores artesanais, faxinalenses, quilombolas, entre outras comunidades. Com a educação popular, o grupo se movimenta de acordo com as demandas das populações atendidas, no que se refere à necessidade de fortalecimento e estratégias de enfrentamento sobre conflitos territoriais, e valorização de suas respectivas culturas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um percurso metodológico com enfoque exploratório e qualitativo, dividido em sete etapas, a citar: **Etapa 1** - Pesquisa do estado da arte: revisão sistemática da literatura. **Etapa 2** - Revisão bibliográfica: revisão integrativa da literatura. **Etapa 3** - Pesquisa documental: relatórios, eventos institucionais e notícias referentes ao projeto de extensão (temática indígena). **Etapa 4** - Observação sistemática de redes sociais utilizadas do projeto de extensão elencado. **Etapa 5** - Aplicação de *surveys* aos participantes do projeto de extensão (07 pessoas). **Etapa 6** - Entrevistas semiestruturadas com os integrantes do projeto de extensão (04 pessoas) selecionados a partir das respostas do *survey*, com

posterior análise de conteúdo. **Etapa 7** - Entrevistas em profundidade com o coordenador do projeto (Análise de Conteúdo).

A metodologia utilizada seguiu o padrão de uma análise qualitativa e exploratória, a priori, com destaque para a Análise de Conteúdo, nas etapas 3, 6 e 7. As fases permitiram, assim, uma aproximação significativa com os participantes do projeto de extensão, assim como um aprofundamento sobre a percepção das relações sociais e humanas envolvendo os conceitos-chave da pesquisa.

Destaque para: Extensão Universitária – compromisso público, participação social e troca de experiências; Interculturalidade – pluralidade, saberes compartilhados e transformação social; e Comunicação Pública: comunicação dialógica, comunicação pública da ciência e comunicação popular.

ANÁLISE

No percurso metodológico, as etapas concluídas trouxeram resultados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Neste item, são destacados os elementos principais de cada etapa para refletir sobre essa investigação, que procurou saber “como a comunicação pública pode contribuir para o desenvolvimento da extensão relacionada às ações interculturais do projeto analisado?”

Os levantamentos realizados, a citar: a pesquisa do estado da arte, as redes sociais, análise documental, e a aplicação do *survey* foram fundamentais para as considerações a respeito da temática, com destaque para a percepção dos entrevistados (etapas 6 e 7) em relação à existência de diálogo entre as informações do projeto, principalmente nas questões que se referiam às suas percepções sobre possibilidades de trocas de experiências e conhecimentos, incentivo ao diálogo de forma mais crítica sobre as temáticas exploradas e fomento à extensão enquanto processo que contribui para aproximar a ciência da realidade social.

Em relação ao NUPOVOS, foi possível observar que os participantes destacaram: as possibilidades de trocas de conhecimentos entre culturas diversas, o fortalecimento de temáticas relacionadas às questões indígenas – territoriais e de direitos humanos –, a valorização do diálogo em relação às demandas dos movimentos sociais, o protagonismo dos atores sociais, e em relação ao modo sensível como o coordenador do projeto dialoga com os povos tradicionais por meio da troca de experiências.

Nesse contexto, para os participantes do projeto, o diálogo acontece proporcionando novas viabilidades de relacionamentos entre as comunidades indígenas e as instituições públicas. A extensão contribui, em suas percepções, para incentivar a relação entre a troca de conhecimento científico e os saberes populares, processo que contempla também a sensação de pertencimento e afinidade entre os participantes e as instituições públicas de ensino e seus pares.

Além disso, compreendeu-se que os atores sociais entendem a extensão como um meio para potencializar as ações comunicativas e vice-versa, pois propiciam a interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade. Trata-se, assim, de um processo considerado essencial para que o crescimento cultural possa ser mútuo, propiciando a valorização dos espaços públicos pelas instituições públicas de ensino.

Os envolvidos – docentes, discentes e comunidade externa – expressaram aspectos que ressaltaram a essencialidade da extensão e a valorização das culturas indígenas, assim como a relevância do diálogo (institucional) como fator elementar para o desenvolvimento das ações. Não apenas o alcance, mas a troca de saberes tende a fortalecer o protagonismo dos atores sociais e práticas cidadãs no processo de reflexão e aproximação de outras realidades, outras culturas.

CONCLUSÃO

A proposta apresentada objetiva incentivar o debate sobre ações e práticas que tragam outros olhares sobre a construção de uma democracia participativa, e que contribua para o alcance da cidadania. A comunicação pública, neste contexto, tende a propiciar esta interlocução com a sociedade, enquanto processo de valorização das trocas, do coletivo e da inclusão destes atores.

Esta comunicação nos espaços educacionais, como por meio de práticas extensionistas, nos ajuda a compreender o alcance de suas ações, e a promover a transformação social. A interculturalidade passa a ser representada como um conceito que questiona determinados posicionamentos de cunho liberal, ao fim do século XX, desconstruindo a imagem de “problema” relacionada às culturas dos povos indígenas, no contexto latino, em especial.

Assim, a comunicação relacionada à educação e às temáticas que trabalham as culturas indígenas, entre suas multidisciplinares, pode vir a contribuir, no longo prazo, para uma formação cidadã. Um processo que envolve planejamentos institucionais

atrelados a ações democráticas, plurais e diversas, com foco na participação social, e guiadas por diálogos construtivos que propiciem novos olhares para questões históricas e socioculturais.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Presses Universitaires de France, 2011.
- CANDAU, V. M. Interculturalidade e educação escolar. In: CANDAU, V. M. (Org). **Reinventar a escola**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DUARTE, M. Y. M. **Comunicação e cidadania**. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.
- FLEURI, R. M. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, p.405-423, 2000.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.
- HASWANI, M. **Comunicação pública: bases e abrangências**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas**. Curitiba, 2020. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/links/10-menu-principal/80-nucleos-de-estudos-afro-brasileiros-neabi>>. Acesso em: 30. Ago. 2021.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Regulamentação e implementação da curricularização da extensão**. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>>. Acesso em: 30. ago. 2021.
- KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.
- MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública – Interlocução, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA-USP, 2011.
- SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.
- WALSH, CATHERINE. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luís; WALSH, Catherine (eds.). **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: IICAB, 2010. p.75 – 96.